



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RUA FERREIRA PENA, Nº 1109, CENTRO, CEP 69.025-010, MANAUS/AM. FONE: (92) 3306-0071

**NOTA TÉCNICA Nº 20.2020 – CGECC/DEOC/DAO/PROPLAD**

**PROCESSO:** 23443.029511/2019-18

**LICITAÇÃO:** Pregão nº 13.2020

**OBJETO:** Contratação do Serviço de Limpeza para a Reitoria

Ao Senhor,

**MARIVALDO DA CRUZ SOARES**

Departamento de Aquisições. Licitações e Contratos

Manaus (AM), 18 de agosto de 2020.

Senhor Chefe de Departamento,

**I. Considerações Gerais**

1. O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para a prestação de mão de obra exclusiva para o serviço contínuo de limpeza e conservação para as dependências da Reitoria conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 13.2020.

2. A análise tem como objeto principal a verificação das correções solicitadas através da Nota Técnica nº 18.2020, de 14/08/2020 e Notas Técnica nº 19.2020, de 17/08/2020, a composição dos valores limites do serviço de limpeza e conservação apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços da empresa DT Conservação e

Limpeza LTDA, enviada por e-mail no dia 17/08/2020, as 13:05 horas está atendendo ao previsto no Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e a Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP e suas alterações, a fim de apurar de forma irrefutável com base em documentações comprobatórias a exequibilidade dos preços ofertados pela licitante.

## II. Da Análise

3. Após análise da proposta da empresa DT CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, apresentada por e-mail no dia 18/08/2020, verificamos que houve a adoção total da planilha de Custos constante no item 10.4 do TR e motivo de inconsistência apontada nos itens 6.1 a 6.4 da nota técnica anterior.

4. Diante disso, utilizando-se dos mesmos parâmetros apresentados pela Licitante, essa contabilidade NÃO apurou valores por metro quadrado divergentes dos propostos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - DT Proposta M2

Item	Tipo da Área	Área Efetiva Mensal	Produtividade Média Diária	Mão de Obra	Remuneração Mensal	Meses	Remuneração Global
1	01.02.Pisos Frios	3.947,22	1.200,00	3,29	R\$ 10.008,45	12	R\$ 120.101,35
2	01.06.Banheiros	589,18	300,00	1,96	R\$ 5.844,48	12	R\$ 70.133,78
3	02.01.Pisos pavimentados adjacentes e contíguos às edificações	537,12	1.800,00	0,30	R\$ 851,82	12	R\$ 10.221,90
4	03.02.Face externa sem exposição a situação de risco	210,79	380,00	0,55	R\$ 1.433,92	12	R\$ 17.207,05
5	03.03.Face interna	216,17	380,00	0,57	R\$ 1.435,94	12	R\$ 17.231,22
	Total	5.500,47	Calculado	6,68	R\$ 19.574,61	12	R\$ 234.895,30
			Arredondamento	6,00		12	R\$ -
			Diferença a ajustar	0,68	R\$ 19.574,61	12	R\$ 234.895,30
			Material		R\$ 1.100,39	12	R\$ 13.204,69
			Total				R\$ 248.100,00

Proposta E-mail CCONT. PROAD: 18/08/2020

Tabela 2 - CGECC - Custo por M2

Item	Tipo da Área	Área Efetiva Mensal	Produtividade Média Diária	Metro Quadrado	Mão de Obra	Remuneração Mensal	Meses	Remuneração Global
1	01.02.Pisos Frios	3.947,22	1.200,00	2,54	3,29	R\$ 10.008,45	12	R\$ 120.101,35
2	01.06.Banheiros	589,18	300,00	9,92	1,96	R\$ 5.844,48	12	R\$ 70.133,78
3	02.01.Pisos pavimentados	537,12	1.800,00	1,59	0,30	R\$ 851,82	12	R\$ 10.221,90

	adjacentes e contíguos às edificações							
4	03.02.Face externa sem exposição a situação de risco	210,79	380,00	6,80	0,55	R\$ 1.433,92	12	R\$ 17.207,05
5	03.03.Face interna	216,17	380,00	6,64	0,57	R\$ 1.435,94	12	R\$ 17.231,22
	<b>Total</b>	<b>5.500,47</b>	<b>Calculado</b>		<b>6,68</b>	<b>R\$ 19.574,61</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 234.895,30</b>
			<b>Arredondamento</b>		<b>6,00</b>		<b>12</b>	<b>R\$ -</b>
			<b>Diferença a ajustar</b>		<b>0,68</b>	<b>R\$ 19.574,61</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 234.895,30</b>
			<b>Material</b>			<b>R\$ 1.100,39</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 13.204,69</b>

Análise CGECC: 18/08/2020

5. Quanto ao Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente, inconsistência apontada nos itens 6.1 das notas técnicas anteriores, a licitante informou necessidade de reposição de 29,47 dias, apresentando memória de cálculo dias abrangidos, sanando a inconsistência anteriormente apresentada, vide memorial de cálculo corrigido:

Tabela 3 - Memória de Cálculo Profissional Ausente

AGENTE DE LIMPEZA/LIDER DE SERVIÇOS				
Memória de Cálculo				
Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	Proporção dias afetados	Dias de reposição
Férias	1	30	69,86%	20,958
Ausência justificada	1	1	100,00%	1
Acidente trabalho	0,0922	15	69,86%	0,9661638
Afastamento por doença	1	5	69,86%	3,493
Consulta médica filho	0,1344	2	100,00%	0,2688
Óbitos na família	0,0305	2	69,86%	0,0426146
Casamento	0,0118	3	100,00%	0,0354
Doação de sangue	0,02	1	100,00%	0,02
Testemunho	0,004	1	100,00%	0,004
Paternidade	0,0143	20	69,86%	0,1997996
Maternidade	0,0197	180	69,86%	2,4772356
Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%	0,0096
ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONA				<b>29,47</b>

Proposta E-mail CCONT. PROAD:18/08/2020

6. No tocante ao **Módulo Custos Indiretos Tributos e Lucro**, verificou-se se os percentuais referentes a Custos Indiretos e Lucro Bruto atendem os limites máximos e mínimos estipulados pelos cadernos de logísticas, conforme demonstrado no quando a seguir:

Tabela 4 - Detalhamento dos percentuais Limites

Tributos sobre a receita	Máximo	Mínimo	LICITANTE
<b>PIS</b>	1,65%	0,00%	0,35%
<b>COFINS</b>	7,60%	1,28%	1,62%
<b>ISS</b>	5,00%	2,00%	3,16%

<b>TOTAL</b>	<b>14,25%</b>	<b>3,28%</b>	<b>5,13%</b>
<b>Custos Indiretos e Lucro</b>	<b>9,79%</b>	<b>2,00%</b>	<b>2,00%</b>
<b>Custos Indiretos</b>	3,00%	1,00%	1,00%
<b>LAIR</b>	6,79%	1,00%	1,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24,04%</b>	<b>5,28%</b>	<b>7,13%</b>

Fonte: Cadernos de Logísticas limpeza e proposta da licitante de 18.08.2020

7. Quanto aos percentuais dos tributos, considerando que a empresa é optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007, logo, os percentuais apresentados dependem da alíquota efetiva da empresa que por sua vez, depende do faturamento anual, logo sendo necessário a empresa apresentar a alíquota que está recolhendo seus tributos, após a aplicação do método de repartição dos tributos, previsto no art. 18, parágrafo 5c da Lei complementar 155/2016.

8. A licitante apresentou em 18/08/2020 as documentações necessárias de enquadramento no regime de tributação unificado, que informavam tanto o Faturamento Anual, referência mês 03.2020, como a alíquota efetiva de sua tributação, sanando a inconsistência apurada nos itens 6.2 e 6.3 da nota anterior.

9. Após a análise dos custos dos Materiais apresentado pela licitante, verificou-se que a empresa apresenta valores unitários e consequentemente, valores anuais notadamente 69,42% inferiores a estimativa de preços dessa licitação, o qual, possui como referência a média das cotações de Mercado Realizadas no Painel de Preços para os itens solicitados, ocasionando um cenário de atenção para esse item:

Tabela 5 - Detalhamento dos Materiais

<b>Materiais</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
(A) Proposta da Empresa	R\$ 1.100,39	R\$ 13.204,69
(B) Estimativa da Licitação	R\$ 3.598,10	R\$ 43.177,20
<b>Proporção © = (A/B)*100</b>	<b>30,58%</b>	<b>30,58%</b>

Proposta E-mail CCONT. PROAD:18/08/2020

10. Nesse contexto, vejamos o que dispõe o item 9.3 do Anexo VII – da IN 05.2017:

IN 05/2017 – ANEXO VII – A

9.3 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais;

11. Convém considerar também o que dispõe os itens 9.4 e 9.6 do item do anexo VII – A da referida IN, quanto a realização de diligência para comprovação dos preços ofertados pela licitante conforme alíneas a, g e h do item 9.4, *in verbis*:

IN 05/2017 – ANEXO VII – A

#### 9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;**

b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

**g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;**

**h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;**

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, **será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.**

12. Nesse contexto, importa também observar o que dispõe também o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual**, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

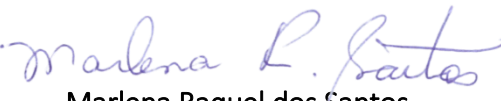
13. Nesse sentido, embora a empresa opte por apresentar valores ou percentuais mais baixos no dimensionamento da proposta, não extingue o proponente de arcar com o ônus de suas obrigações omissas, conscientes de que os valores não poderão ser incluídos posteriormente.

### III. Conclusão

14. Portanto, considerando que esta contadoria não conseguiu aferir a inexecuibilidade dos preços para o item de Materiais de forma flagrante e irrefutável somos favoráveis pela HABILITAÇÃO da planilha de custos analisada, desde que a proponente apresente justificativas e comprovações em relação ao cenário de atenção apontados nos itens desta nota.

15. Caso a empresa apresente justificativas e/ou documentações que suportem a oferta proposta, não há necessidade de retorno a essa contadoria.

Respeitosamente,

  
**Marlena Raquel dos Santos**

Coordenadora Geral de Contabilidade e Custos  
Portaria nº 2.561 – GR/IFAM de 21/12/2018